

Dois estudos inéditos sobre papel do WhatsApp nas eleições 2018 apresentados na Facom

Autor: null

Categories : [Ciência política](#), [Comunicação](#), [Pesquisa](#)

Data: 26/11/2018

A apropriação inovadora, o uso subvertido e a adoção de táticas de guerra como estratégias de utilização do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, durante o período da campanha eleitoral de 2018, foram destaques expostos entre os primeiros resultados de dois estudos realizados por pesquisadores ligados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), sobre a condução da última campanha política nas redes sociais online.

Os procedimentos que levaram às conclusões singulares foram debatidos na mesa-redonda “O papel do WhatsApp nas eleições 2018”, realizada, recentemente na Faculdade de Comunicação da UFBA (Facom), em seminário promovido pelo INCT.DD. Mediado por Wilson Gomes, professor da Facom, criador e coordenador do Instituto, o debate trouxe as contribuições ao tema de Viktor Chagas, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de João Guilherme Santos, doutorando na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A ascendência do WhatsApp como a ferramenta fundamental na campanha eleitoral e o interesse que o tema vem despertando entre pesquisadores voltados às áreas de comunicação e política foi consenso entre os membros da mesa. As propostas encontraram eco na audiência, que superlotou o auditório e se desbordou em espaços externos da Facom para assistir à transmissão do evento, projetada em telões.

O professor Wilson Gomes abriu a discussão traçando meandros desse cenário de inovações que marcou o momento de campanha e, no caso específico do WhatsApp, enfatizou que houve um “fenômeno da propagação de grande alcance com uma dinâmica de funcionamento interno e atores bem definidos – quem posta, quem organiza e quem consome os conteúdos que foram produzidos para as eleições 2018”. “Essa foi uma campanha 3.0, orgânica, com produção profissional de conteúdos que se valeu da propagação de fake news, utilização de bots, comportamentos automatizados e disparos em massa, que se constituíram num problema sério para o qual a Justiça Eleitoral não tomou nenhuma medida clara”, disse o coordenador no INCT.DD.

Por sua vez, o pesquisador João Guilherme Santos, integrante do Grupo de Pesquisa de Comunicação e Política da UERJ, a eficiência do WhatsApp na campanha eleitoral de 2018, pode ser atribuída, “primeiro, à necessidade de alcançar segmentos propensos a acreditar em *fake news* – e neste ponto o aplicativo tornou-se um paraíso para a disseminação de notícias falsas – pois juntou o anonimato da fonte original à criptografia de ponta a ponta, viabilizando a viralização da exposição”. Então, “efetivou-se uma alta exposição ao segmento que se desejava alcançar e de forma completamente anônima”, explicou, ressaltando que, “apesar de ser uma rede fechada, o WhatsApp foi usado para viralizar conteúdos em alta escala”.

Em seu estudo, Santos concebeu o WhatsApp como uma rede de grupos interconectados por pessoas e, assim, conseguiu entender o modo como as informações viralizaram rapidamente, partindo da hipótese de que “apenas os grupos mais propensos a acreditar numa notícia falsa, deveriam receber a informação relacionada àquele tema”. O doutorando da UERJ que analisou cerca de 400 mil mensagens circuladas em 90 grupos relacionados em seu estudo como de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, assegurou que “a existência de notícias falsas é passível de circular em qualquer grupo”, mas, em sua observação, constatou “um padrão proporcional numa média de 41 daqueles que eram conservadores e pró-Bolsonaro,

Uso subvertido e tática de guerra

Na outra pesquisa apresentada, o professor Chagas, da UFF, percebeu que "o Brasil subverteu o uso da plataforma de conversação instantânea, tornando-se um ambiente propício para esse modelo inédito de campanha, realizado em 2018". Em sua observação realizada nos diversos grupos, verificou que havia "pouca interação dialógica entre os membros; constância de disparos por indivíduos diferentes e recepção de material para circular em outros grupos fechados". Segundo ele, "os usuários com maior letramento político tendiam a repassar mais informações, definindo um modelo de organização hierarquizado". Do outro lado, os grupos de família, amigos de infância, colegas de trabalho e etc, formados sem o viés político, sofriam grande influência de conteúdos bolsonaristas, mediante o compartilhamento dos materiais via disparos de integrantes dos grupos específicos", observou.

No trabalho, ele deteve-se no monitoramento de 124 grupos públicos pró-Bolsonaro do WhatsApp, durante os meses de setembro a outubro. Em relação à natureza temática deles, Chagas classificou os grupos desde os mais generalistas, como religiosos e pró-monarquistas, até os grupos mais bolsonaristas, propriamente ditos, tratando de temas ligados à organização da campanha e de mobilização, planejando locais para a realização de atos. Ele observou que cada grupo era composto por poucos usuários – uma média de 100 membros – e havia "uma fraca relação entre centralidade e afastamentos, além de uma distribuição de origem local diversa, em sua maioria, pertinente, aos estados da Bahia, Goiás, Ceará, São Paulo e Minas Gerais. E uma baixa presença – cerca de 2 a 4% de usuários internacionais de DDDs dos EUA, Índia e Paquistão", informou o professor.

Além disso, os pesquisadores concordaram que, por mais que as notícias sejam falsas, elas não são aleatórias, mas nutrem-se de um certo medo já existente no imaginário das pessoas. "Sim, as notícias são falsas, mas são baseadas em medos reais das pessoas, por isso, é necessário entender como funciona o modo como elas apreendem o sentido dessas mensagens, sentem-se motivadas a compartilhar em outros grupos e, assim, as mensagens viralizaram, disse Santos. "O medo juntou-se à informação e assim abriu caminho para uma reversão cognitiva, pontuou Chagas, chamando atenção para a utilização de uma tática de guerra do terror".

Metodologia inovadora e abrangência do INCT.DD

As pesquisas envolveram a criação de um processo inovador para trabalhar sobre dados de grupos públicos do WhatsApp, os de campanha. Como o WhatsApp ainda não possui um conjunto de protocolos que a plataforma fornece para pesquisadores e desenvolvedores, também não existem ferramentas definidas para a realização de pesquisas nele. Daí, ambos os pesquisadores obtiveram informações para seus trabalhos acadêmicos valendo-se da raspagem de dados, num "processo braçal", como ressaltou Chagas.

Santos também acrescentou que utilizou a metodologia da "mineração de dados, numa busca ativa e volumosa, levando em conta pontos complexos dos grupos e o quê viralizou neles". Foi utilizada uma combinação de softwares para as várias etapas da pesquisa, definindo seu próprio caminho à medida que realizava a coleta, análise, classificação e categorização dos dados das redes sociais online, contou o pesquisador da UERJ, falando sobre a metodologia aplicada em seu estudo.

Esses estudos inéditos que são úteis para a compreensão de fenômenos contemporâneos recentes e preocupados em explorar meios e modos de usar a tecnologia para produzir mais e melhor democracia, integram as atividades realizadas pelos diversos grupos e laboratórios de pesquisa nacionais e internacionais que integram a rede de pesquisa formada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital - INCT.DD.

Com o laboratório central e a coordenação instalada em espaço específico da Facom/UFBA, o Instituto conta com 79

pesquisadores-doutores, sendo 44 cientistas que atuam em centros de pesquisa brasileiros e 35 pesquisadores estrangeiros: 15 australianos, 12 pesquisadores de 8 diferentes países europeus, seis americanos, um chileno e um canadense. No total, estão envolvidas na rede do projeto 37 instituições (universidades, centros de pesquisa e laboratórios), sendo 16 brasileiras e 21 estrangeiras. Mais informações: www.inctdd.org.

O tema do WhatsApp na campanha eleitoral e, principalmente, o que envolve de fake news, voltará a ser debatido na Facom, na manhã de 21 de dezembro, dessa vez por Wilson Gomes e o jornalista Bob Fernandes.